



Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas nove horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, conforme Edital n.º 147/2025 arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 4.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 09/2025 - Reunião ordinária de 02 de abril de 2025**
 - 2. Projeto da Ata n.º 10/2025 - Reunião ordinária de 16 de abril de 2025**
 - 3. Projeto da Ata n.º 11/2025 - Reunião ordinária de 07 de maio de 2025**
 - 4. Deliberação n.º 424/2025 – Proposta n.º 31/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Abertura do Procedimento de Classificação do Sítio Arqueológico da Comenda, em Setúbal – Ratificação**
 - 5. Deliberação n.º 425/2025 – Proposta n.º 32/2025 – GAP – Declaração de interesse municipal do jornal “O Setubalense”**
 - 6. Deliberação n.º 426/2025 – Proposta n.º 4/2025 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia**

7. **Deliberação n.º 427/2025 – Proposta n.º 123/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses – Adjudicação parcelar**
8. **Deliberação n.º 428/2025 – Proposta n.º 124/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 29/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Abertura**
9. **Deliberação n.º 429/2025 – Proposta n.º 126/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3691, Fração D da Freguesia do Sado**
10. **Deliberação n.º 430/2025 – Proposta n.º 127/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 431/2025 – Proposta n.º 125/2025 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal, concurso publico n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Resolução sancionatória do contrato**
12. **Deliberação n.º 432/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DOM – CP 32/2024/DOM - Empreitada “Construção do Campo Júlio Tavares – Praiense”: Não adjudicação e revogação da decisão de contratar CPREV 32A/2024/DOM - Empreitada “Construção do Campo Júlio Tavares – Praiense”: Abertura de Procedimento de Contratação Pública por critérios materiais – Consulta Prévia**
13. **Deliberação n.º 433/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DOM – CP 21/2025/DOM – Empreitada “Construção envolvente do Auditório Municipal e novo Mercado de Brejos de Azeitão”: Não adjudicação e revogação da decisão de contratar – CP 25/2025/DOM – Empreitada “Construção envolvente do Auditório Municipal e novo Mercado de Brejos de Azeitão”: Abertura de Procedimento de Contratação Pública – Concurso Público, por lotes**
14. **Deliberação n.º 434/2025 – Proposta n.º 82/2025 – DCDJ – Festas da Nossa Senhora do Rosário de Troia 2025 - Apoio financeiro**
15. **Deliberação n.º 435/2025 – Proposta n.º 83/2025 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 - Valores de venda de copos reutilizáveis**
16. **Deliberação n.º 436/2025 – Proposta n.º 84/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de Coleção Documental Particular ao Museu do Trabalho Michel Giacometti**
17. **Deliberação n.º 437/2025 – Proposta n.º 85/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte para o Museu de Setúbal/Convento de Jesus**
18. **Deliberação n.º 438/2025 – Proposta n.º 86/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte “Oliveiras Centenárias” para o Museu de Setúbal/Convento de Jesus**
19. **Deliberação n.º 439/2025 – Proposta n.º 87/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
20. **Deliberação n.º 440/2025 – Proposta n.º 88/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre a CMS e a Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**
21. **Deliberação n.º 441/2025 – Proposta n.º 89/2025 – DCDJ/DICUL – Parecer para reconhecimento da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense como Entidade de Interesse Histórico, Cultural e Social Local**



22. **Deliberação n.º 442/2025 – Proposta n.º 90/2025 – DCDJ/DICUL – Azeitão Blues Experience 4.ª edição – Apoio financeiro**
 23. **Deliberação n.º 443/2025 – Proposta n.º 91/2025 – DCDJ/DISOC – Ateliês de Verão 2025 – Apoios financeiros**
 24. **Deliberação n.º 444/2025 – Proposta n.º 92/2025 – DCDJ/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – Projeto de alteração**
 25. **Deliberação n.º 445/2025 – Proposta n.º 93/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense – Apoio financeiro para recuperação de danos em instalações desportivas resultantes da tempestade Martinho**
 26. **Deliberação n.º 446/2025 – Proposta n.º 94/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Desportiva e Cultural Santo Ovídio - Apoio financeiro**
 27. **Deliberação n.º 447/2025 – Proposta n.º 95/2025 – DCDJ/DIDES – Vitória Futebol Clube – Apoio financeiro para a recuperação de relvado natural para a prática de futebol de onze**
 28. **Deliberação n.º 448/2025 – Proposta n.º 112/2025 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa Construções Delfim L. Pinto, Ld.ª – Processo n.º 1110/21**
 29. **Deliberação n.º 449/2025 – Proposta n.º 113/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de um edifício habitacional – Processo n.º 269/19**
 30. **Deliberação n.º 450/2025 – Proposta n.º 114/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações no decorrer de obra – Processo n.º 275/19**
 31. **Deliberação n.º 451/2025 – Proposta n.º 115/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Av. General Daniel De Sousa**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 11 a 13.



**“Saudação
Clube de Patinagem do Sado**

No passado dia 1 de julho, o Clube de Patinagem do Sado celebrou o seu 21.º aniversário, assinalando mais de duas décadas de dedicação ao desenvolvimento desportivo e à promoção da patinagem artística no concelho de Setúbal.

Desde a sua fundação em 2004, o Clube tem vindo a afirmar-se como uma referência local e regional na modalidade, graças ao trabalho empenhado dos seus dirigentes, treinadores, atletas e respetivas famílias. Com base nos princípios da amizade, do esforço e da superação, a instituição tem criado oportunidades para que crianças e jovens contactem com a prática desportiva de forma estruturada e enriquecedora.

A formação oferecida pelo Clube de Patinagem do Sado tem contribuído para o crescimento pessoal e social de muitos jovens setubalenses, promovendo valores como a disciplina, a cooperação e o espírito de equipa, fundamentais na construção de uma sociedade mais participativa e coesa.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e parabেনizam o Clube de Patinagem do Sado pelo seu 21.º aniversário, reconhecendo o mérito do percurso trilhado e a importância do trabalho desenvolvido em prol do desporto e da juventude setubalense. Que este caminho de sucesso e dedicação continue a honrar a cidade de Setúbal por muitos anos.”

**“Saudação
Marchas Populares 2025**

As Marchas Populares de Setúbal voltaram a afirmar-se como um momento alto da vida cultural da cidade, reunindo centenas de participantes num espetáculo de cor, música e tradição que une gerações e enche de orgulho todos os setubalenses.

A vitória do Grupo Desportivo Independente, na edição de 2025, é reflexo da criatividade, do trabalho em equipa e da paixão com que tem vindo a participar nesta celebração popular. Este reconhecimento é, acima de tudo, uma justa recompensa pelo empenho e pela qualidade artística apresentada em cada desfile.

É igualmente de enaltecer a entrega e o brilho demonstrados pelos restantes grupos participantes: a Companhia de Teatro de Setúbal, o Núcleo de Bicross, o Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça, a União Desportiva e Recreativa das Pontes, o Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau, a ARPISS – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de São Sebastião e o Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”, assim como pelas marchas infantis, que trouxeram consigo a energia e a alegria das novas gerações.

Destacamos ainda, com especial carinho, a marcha honorária da APPACDM, cuja presença representa os valores maiores da inclusão, da dignidade e do respeito por todos. A sua atuação comoveu e inspirou, sendo um verdadeiro exemplo da força integradora da cultura popular.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam todos os envolvidos na organização e participação das Marchas Populares de Setúbal 2025. Que esta tradição continue a unir a nossa cidade em torno da cultura, da criatividade e do espírito comunitário que tanto nos define.”

**“Saudação
União Futebol Comércio e Indústria**

No passado dia 24 de junho, a União Futebol Comércio e Indústria celebrou o seu 108.º aniversário, assinalando mais de um século de dedicação ao desporto e à formação de sucessivas gerações de atletas. Fundado em 1917, o clube tem desempenhado um papel incontornável no panorama desportivo da cidade de Setúbal, afirmando-se como uma das coletividades mais emblemáticas do concelho.

Ao longo dos anos, a UF Comércio Indústria construiu um percurso marcado pelo empenho dos seus dirigentes, pelo esforço dos seus atletas e pelo apoio fiel dos seus adeptos. A recente vitória na Taça da Associação de Futebol de Setúbal é reflexo da perseverança, da competência técnica e da ambição que continuam a nortear a atividade do clube.

Mais do que um espaço de prática desportiva, o clube representa uma verdadeira escola de valores, onde se promove o espírito de equipa, a disciplina e o respeito, contribuindo para o crescimento pessoal e cívico dos seus jovens praticantes. A sua história, repleta de conquistas e desafios superados, honra não só a instituição, mas também o desporto e a cidade que representa.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e parabemizam a União Futebol Comércio Indústria, os seus dirigentes, atletas, treinadores, associados e adeptos, por mais um aniversário e pelo inestimável contributo prestado ao desenvolvimento desportivo e social de Setúbal. Que continuem a fazer história, com o mesmo entusiasmo e dedicação que os tem caracterizado ao longo de mais de um século.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15.

**“Saudação
O Setubalense**

No passado dia 1 de julho, assinalou-se o 170.º aniversário do jornal O Setubalense, um marco histórico que merece ser destacado pela longevidade, resiliência e relevância desta publicação na vida cívica e cultural da nossa região.

Desde a sua fundação, “O Setubalense” tem desempenhado um papel determinante na paisagem mediática local, afirmando-se como uma voz comprometida com a informação de proximidade, o pluralismo e a liberdade de imprensa. Ao longo de quase dois séculos de existência, “O Setubalense” continua até hoje a contribuir para o escrutínio da ação pública, para a promoção da cidadania ativa e para o registo fiel dos acontecimentos que marcam Setúbal e a sua evolução.

A sua continuidade representa um exemplo notável de resistência no panorama da imprensa regional, num tempo em que os meios locais enfrentam desafios crescentes de sustentabilidade e adaptação. A credibilidade conquistada, a ligação aos leitores e a aposta num jornalismo rigoroso são méritos que devem ser reconhecidos e valorizados por todos.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam toda a equipa do jornal “O Setubalense” pelo trabalho realizado nos últimos anos. Que este caminho de sucesso e dedicação continue a honrar a cidade de Setúbal por muitos anos.”

**“Saudação
Associação de Moradores do Casal das Figueiras**

No passado dia 1 de julho, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras assinalou o marco de 50 anos de existência, consolidando um percurso de meio século ao serviço da comunidade local.

Desde a sua fundação, em 1975, esta associação tem vindo a afirmar-se como um agente dinâmico e ativo na vida do bairro e da freguesia, promovendo a participação cívica, o convívio entre vizinhos e o acesso à cultura. Através de iniciativas de carácter cultural, recreativo e social, tem contribuído para o reforço do espírito comunitário e para o bem-estar das populações.

O trabalho desenvolvido ao longo destas cinco décadas revela um compromisso contínuo com a valorização do território e com a inclusão social, criando oportunidades de encontro e partilha que fortalecem os laços entre gerações e promovem uma maior coesão social.

Os vereadores eleitos pelo PSD saúdam e parabemizam a Associação de Moradores do Casal das Figueiras pelo seu 50.º aniversário e reconhecem o papel fundamental que tem desempenhado no movimento associativo local, fazendo votos de continuidade do trabalho dedicado em prol da comunidade.”

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18.



“Saudação

Clube Naval Setubalense integra comitiva portuguesa no Euro Hand 4 All 2025

Os atletas Daniel e Kido, e o treinador Danilo, do Clube Naval Setubalense, integraram a comitiva portuguesa que participou no Euro Hand 4 All 2025, em Lyon, França.

A equipa portuguesa, que em 2022 e 2023 conquistou o ouro nesta competição, voltou a repetir o feito este ano, ao vencer a França na final.

O Euro Hand 4 All é uma competição pioneira, organizada desde 2022 pela UODL Handball e pelo Lyon Métropole Hand Fauteuil, que reúne seleções nacionais em competição e que tem impulsionado a modalidade, reforçando o estatuto internacional do andebol adaptado.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam toda a comitiva portuguesa e, em especial, os atletas e treinador do Clube Naval Setubalense, pelos excelentes resultados obtidos nesta competição, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal e de Portugal.

Transmitem ainda o seu reconhecimento pelos contributos indispensáveis do Clube Naval Setubalense para o desenvolvimento desta modalidade e para a promoção da valorização e da inclusão das pessoas com mobilidade condicionada no desporto.”

“Saudação

Nuno Emídio conquista a prata na Taça Nacional de Paraciclismo

O paratleta setubalense Nuno Emídio alcançou o 2.º lugar na III Taça Nacional de Paraciclismo, que decorreu na manhã de dia 8 de junho, em Albergaria-a-Velha, consolidando igualmente a sua posição no 2.º lugar no ranking nacional da modalidade, na categoria C5.

Nuno Emídio é atleta e cofundador do Race Spirit Cycling Team, clube do concelho de Setúbal, fundado oficialmente no início deste ano, que tem como principais objetivos promover o ciclismo jovem feminino e o paraciclismo competitivo.

O clube esteve também representado nesta competição por Lara Lourenço, que, no seu primeiro ano no pelotão Nacional, atingiu o 6.º lugar na prova, na categoria Sub-17.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, equipa técnica e o Race Spirit Cycling Team pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Marchas Populares de Setúbal 2025

Sob o tema “Setúbal das Salinas”, inspirado nas tradições e paisagens locais, celebrando a história e identidade da cidade, os setubalenses foram brindados com mais uma edição das Marchas Populares de Setúbal.

Em 2025, o tradicional certame contou com a participação de 8 coletividades a concurso – Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”; Associação ACTAS – Companhia de Teatro de Setúbal; Grupo Desportivo Independente; União Desportiva e Recreativa das Pontes; ARPISS – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de São Sebastião; Núcleo de Bicross de Setúbal; Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça; Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau – e 4 extraconcurso – APPACDM Setúbal; Marcha infantil do Núcleo dos Amigos do Bairro Santos Nicolau; Marcha infantil do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” Marcha Infantil Associação de Pais da Escola Básica da Brejoeira.

O grande vencedor deste ano foi o Grupo Desportivo Independente, que partilhou o pódio com a União Desportiva e Recreativa das Pontes e o Núcleo de Bicross de Setúbal, que ficaram, respetivamente, em 2.º e 3.º lugar.

Quanto aos prémios por categoria, o Grupo Desportivo Independente arrecadou os prémios Melhor Coreografia, Melhor Desfile na Av. Luísa Todi e Melhor Figurino, este último em conjunto com a União Desportiva e Recreativa das Pontes, que ganhou também os prémios Melhor Cenografia e Melhor Letra. O prémio Melhor Música foi atribuído ao Núcleo de Bicross de Setúbal, e o prémio de Melhor Madrinha a Joana Lança, da União Desportiva e Recreativa das Pontes.

Nesta edição, as Marchas Populares de Setúbal contaram com o contributo de novos participantes, que se juntaram aos veteranos deste evento que, anualmente, traz mais cor e alegria à nossa cidade.

O sucesso deste certame deve-se à dedicação das coletividades, dos voluntários e de todos aqueles que trabalham incansavelmente para oferecer aos setubalenses um espetáculo de excelência.

No entanto, é fundamental dar mais dignidade e dimensão ao certame, densificar apoios e dotar os espaços e equipamentos onde o evento decorre de condições, tanto para quem marcha como para quem assiste, valorizando-o enquanto um momento ímpar da agenda cultural de Setúbal e uma marca da região.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam todas as coletividades participantes a concurso, as marchas extraconcurso, voluntários e trabalhadores da autarquia, e felicitam os vencedores – o Grupo Desportivo Independente, a União Desportiva e Recreativa das Pontes e o Núcleo de Bicross de Setúbal.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 25.

“Saudação

Associação Movimentando a Arte da Capoeira

Fundada em 2010, a Associação Movimentando a Arte da Capoeira celebrou o seu 15.º aniversário no dia 23 de junho.

Esta entidade, criada com o objetivo de divulgar a cultura brasileira e promover a prática da capoeira enquanto ferramenta de educação e inclusão, constituiu-se, através da sua atividade, como um verdadeiro agente de transformação social.

A prática da capoeira tem vindo a ganhar cada vez mais relevância em Portugal, não só como forma de expressão cultural, mas também como meio de diálogo intercultural entre comunidades e mecanismo de integração. Tem ainda particular relevância nos domínios da educação não formal, da juventude, da saúde e do bem-estar, sendo ainda um importante instrumento de criação e fortalecimento de laços comunitários.

Neste sentido, a Associação desenvolve um leque variado de atividades e iniciativas enquadradas na promoção da prática da capoeira, como aulas, encontros e projetos internacionais, como o intercâmbio europeu Ginga Inclusiva "Capoeira contra o Capacitismo" financiado pelo programa Erasmus+, realizado em 2024, em Setúbal.

Reconhecendo os seus importantes contributos para o desenvolvimento local e coesão territorial do nosso concelho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Movimento a Arte da Capoeira, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário do Clube de Patinagem do Sado

O Clube de Patinagem do Sado, fundado em 2004, celebrou o seu 21.º aniversário no dia 1 de julho.

O gosto e dedicação pela prática desportiva da patinagem artística, partilhados por um grupo de atletas, pais e por uma treinadora, levaram à criação deste clube e tornaram possível a concretização de um sonho e projeto que, atualmente, é uma das maiores referências desta modalidade no concelho e na região.

Com especial foco na formação desportiva de crianças e jovens, mas também na vertente competitiva, o Clube tem construído uma forte presença em iniciativas e provas nacionais e internacionais. Recentemente, participou no Campeonato da Europa de Show e Precisão 2025, em Saragoça, Espanha, onde conseguiu alcançar o 11.º lugar na competição de Grupos Juniores e o 2.º lugar entre as equipas portuguesas.

Para além da relevância da sua atividade na formação de novos atletas e no desenvolvimento desportivo do território, o Clube proporciona aos jovens a oportunidade de desenvolverem



capacidades e competências inerentes à prática desportiva, algo indispensável para sua formação integral enquanto cidadãos.

Neste sentido, e reconhecendo o importante trabalho levado a cabo por esta entidade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Patinagem do Sado, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário.”

“Saudação

Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal

O Grupo 206, um dos três grupos de Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal, celebrou o seu 24.º aniversário no dia 23 de junho.

Fundado em 2001, este grupo está enquadrado no movimento escotista interconfessional e plural, concebido por Baden-Powell, fundador do Movimento Escotista.

Criado em 1907, este movimento tem como principal objetivo promover a prática do escotismo com base nos valores da Igualdade, Tolerância, Responsabilidade e Liberdade, através do trabalho desenvolvido junto dos mais jovens, no âmbito da participação cívica e cidadania ativa, para a construção da Paz, com vista ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

Através de atividades cooperativas e inclusivas, o Grupo 206 procura proporcionar uma formação integral e não formal a crianças e jovens, promovendo os valores de cidadania, responsabilidade e espírito comunitário, fomentando a integração social, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a valorização e preservação do património natural, bem como o convívio entre diferentes culturas, géneros e religiões.

Com uma intensa atividade a nível local, assente na valorização do voluntariado e da formação não formal, participa também em iniciativas de âmbito nacional e internacional, como a JOTA-JOTI – uma atividade escotista global que, em outubro de 2024, conectou, através da rádio amadora e ‘internet’, mais de um milhão de escoteiros de diferentes partes do mundo – e, em abril deste ano, a iniciativa “Baden-Powell visita Setúbal”, realizada em homenagem ao fundador do escotismo.

Reconhecendo os seus importantes contributos para o desenvolvimento sustentável do nosso território a nível local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo 206 – Setúbal da Associação de Escoteiros de Portugal, dirigentes e todos os seus membros por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Atletismo Lebres do Sado

A Associação de Atletismo Lebres do Sado, fundada em 1998, assinalou o seu 27.º aniversário no dia 30 de junho.

Esta entidade sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover e dinamizar a cultura, o recreio e o desporto no concelho, em parceria com o poder local e restante movimento associativo, tem desenvolvido uma importante atividade junto da população setubalense.

A Associação tem procurado envolver a comunidade na prática desportiva, estabelecendo uma ligação entre esta, a cultura, a história e as tradições da região, promovendo a prática das modalidades de atletismo, orientação, pedestrianismo e BTT. Para além disso, tem também organizado iniciativas de âmbito recreativo, como a ‘Caminhada das Festas de São Pedro de Alcube’, em parceria com a Associação de Moradores da Aldeia Grande, e o Circuito de Caminhadas da Arrábida – Caminhada dos Reis; Marcha dos 3 Castelos; Caminhada Arrábida ao Amanhecer –, que, em 2025, conta com a sua 3.ª edição, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, a Câmara Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Sesimbra, a União de Freguesias de Setúbal, a Junta de Freguesia de S. Sebastião, a Associação de Moradores da Aldeia Grande, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Setúbal e a Secil.

Reconhecendo o papel crucial do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local, enquanto parceiro essencial do poder local, e, dessa forma, a necessidade imprescindível de valorizar a sua atividade, os Vereadores eleitos pelo PS



saúdam e felicitam a Associação de Atletismo Lebres do Sado, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação Desportiva e Cultural ‘Os Africanos’

A Associação Desportiva e Cultural ‘Os Africanos’ celebrou o seu 31.º aniversário no dia 22 de junho.

Fundada em 1994, com o objetivo de promover atividades de tempos livres para crianças e jovens, com especial foco no desporto, sensibilizando-os para a importância da prática desportiva e para os valores inerentes a esta, a Associação tem demonstrado ser uma importante parceira do poder local e restante movimento associativo, organizando e participando em iniciativas de âmbito cultural e desportivo, em particular no bairro e freguesia onde se insere.

Apesar dos obstáculos e dificuldades enfrentados no desenvolvimento da sua atividade, a Associação e os seus associados têm procurado continuar a trabalhar para que esta entidade se mantenha ativa e a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e desportivo do nosso território a nível local, bem como para o bem-estar e qualidade de vida da comunidade.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Desportiva e Cultural ‘Os Africanos’, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, transmitindo o seu reconhecimento pelo papel fundamental que o movimento associativo desempenha.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Moradores do Casal das Figueiras

Fundada em 1975, a Associação de Moradores do Casal das Figueiras celebrou o seu 50º aniversário no dia 1 de julho.

Esta associação celebra 50 anos de uma história marcada pela superação e resiliência de uma comunidade coesa e determinada em lutar pelos seus direitos e pela melhoria das condições de vida e bem-estar de quem reside no Bairro do Casal das Figueiras.

Através da sua atividade, tem procurado envolver os moradores, capacitando-os para que se tornem agentes de transformação e mudança do seu bairro e freguesia, reforçando os laços comunitários e promovendo a participação cívica.

Para além deste importante e indispensável contributo, a Associação é também um espaço de partilhar e convívio, sendo no seu espaço – o Casarão – que a sua atividade diária decorre. É ainda dinamizadora de iniciativas de âmbito cultural, desportivo e recreativo, como concertos, bailes e torneios, promovendo a prática desportiva, nomeadamente da modalidade de futebol, em especial junto dos mais jovens, bem como a preservação de tradições como o enterro do bacalhau.

Neste sentido, e reconhecendo o papel crucial do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, da cidadania ativa e do desenvolvimento dos territórios a nível local, os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam a Associação de Moradores do Casal das Figueiras, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário do União Futebol Comércio e Indústria

O centenário União Futebol Comércio e Indústria celebrou, no dia 24 de junho, o seu 108.º aniversário.

Fundado em 1917, inicialmente sob o nome União dos Empregados do Comércio e Indústria de Setúbal, por Mário e António Pacheco, José Mendes Nunes, Ildefonso Garrudo e Francisco dos Santos, consolidou-se como uma das maiores referências desportivas na modalidade de futebol do concelho.

Enquanto um dos pilares do movimento associativo setubalense, tem contribuído significativamente para a promoção da prática desportiva, com especial foco no desporto de

formação, desenvolvendo um importante trabalho junto das crianças e jovens, que encontram no UF Comércio e Indústria um espaço onde têm a oportunidade de adquirir e desenvolver competências, partilhar e conviver, crescer e trabalhar em equipa para alcançar os seus objetivos e sonhos.

Em 2025, o União Futebol Comércio e Indústria celebra 108 anos de uma história fortemente marcada pela dedicação, empenho e resiliência de todos aqueles e aquelas que, desde o início, contribuíram de alguma forma para a sua existência, consolidação e progressivo crescimento enquanto uma das mais relevantes entidades formadoras na modalidade de futebol do concelho.

Desta forma, e transmitindo o seu reconhecimento pelo clube e por aquilo que este representa, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o União Futebol Comércio e Indústria, dirigentes e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que era importante referir que a força do concelho de Setúbal estava nas suas gentes, nas suas associações, nos seus clubes, nos locais onde as suas gentes se encontravam, fazendo um concelho especial.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 09/2025 - Reunião ordinária de 02 de abril de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes, na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 10/2025 - Reunião ordinária de 16 de abril de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes, na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 11/2025 - Reunião ordinária de 07 de maio de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes, na reunião a que respeita.

4. Deliberação n.º 424/2025 – Proposta n.º 31/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Abertura do Procedimento de Classificação do Sítio Arqueológico da Comenda, em Setúbal – Ratificação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 425/2025 – Proposta n.º 32/2025 – GAP – Declaração de interesse municipal do jornal “O Setubalense”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 426/2025 – Proposta n.º 4/2025 – CBSS – Isenção de taxa de piquete e emissão de parecer de fogo-de-artifício – Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 427/2025 – Proposta n.º 123/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses – Adjudicação parcelar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 428/2025 – Proposta n.º 124/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 29/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Abertura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 429/2025 – Proposta n.º 126/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o Artigo Matricial 3691, Fração D da Freguesia do Sado

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 430/2025 – Proposta n.º 127/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 431/2025 – Proposta n.º 125/2025 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal, concurso publico n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Resolução sancionatória do contrato

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 43.

Sr. Presidente – Admitiu que, numa primeira fase, aquela questão poderia revestir-se de alguma complexidade, uma vez que a empresa necessitaria de melhores condições e de mais tempo para poder aplicar o contrato. No entanto, passados três anos, constatou-se que, face a múltiplos incumprimentos, a Câmara Municipal se viu obrigada a aplicar sanções e a introduzir alterações ao próprio contrato. Recordou que foram intentadas providências cautelares pela empresa, mas que o tribunal não lhes deu provimento, ficando esta, a partir dessa data, vinculada ao cumprimento das alterações contratuais, o que até ao presente momento não ocorreu.

Sublinhou que estava em causa o interesse público, dando como exemplo as bolsas de estacionamento destinadas a residentes, que não estavam a ser devidamente fiscalizadas pela empresa, em claro prejuízo para os moradores. Reafirmou que, para a Câmara Municipal, uma das prioridades centrais era a defesa dos interesses dos residentes.

Referiu ainda que a obrigação da empresa concessionária constituir uma entidade dedicada exclusivamente à exploração da concessão era uma questão determinante, uma vez que permitiria à Câmara saber, com clareza, que entidade estava a desenvolver os procedimentos operacionais. Apesar das diversas notificações emitidas, a empresa nunca chegou a identificar formalmente essa entidade, o que considerou altamente prejudicial para o interesse público e para o próprio funcionamento do município.

Concluiu afirmando que, após a aplicação das sanções previstas, foi reconhecido que o retorno ao normal funcionamento era difícil, ainda que essa possibilidade estivesse prevista nos termos da resolução da proposta. Contudo, observou que a empresa optou por deixar degradar a situação, agravando o cenário de incumprimento.

Esclareceu que todo aquele processo não se devia ao facto de a Câmara Municipal ter deixado a situação arrastar-se, mas sim porque, nos termos legais, procurou levar até ao limite todas as diligências necessárias para acautelar eventuais argumentos que a própria empresa pudesse vir a apresentar em tribunal, nomeadamente acusações de incumprimento por parte da autarquia. Foi precisamente por essa razão que o processo se prolongou no tempo, tendo a Câmara Municipal percorrido um caminho que assegurasse, em todas as fases, a salvaguarda dos seus interesses institucionais e, sobretudo, a defesa do interesse público.

Sr. Vereador Paulo Calado – Afirmou que, para o PSD, era importante invocar os antecedentes daquele assunto, conforme tinham feito em diversas ocasiões ao longo do mandato. Considerou que o estacionamento tarifado se tornara, efetivamente, o tema central daquele mandato, o que, segundo afirmou, ficara comprovado pela proposta apresentada. Referiu que o procedimento que deu origem ao contrato celebrado com a empresa DATAREDE tivera outros antecedentes, que acabaram por não prosseguir, mas que partilhavam um pressuposto comum que o PSD sempre contestou: o número excessivo de lugares a sujeitar a tarifação.



Explicou que o PSD alertara repetidamente para o facto de que a área abrangida era relativamente limitada e que o tráfego e as deslocações dentro da cidade de Setúbal se faziam, na maioria dos casos, entre zonas muito próximas. Considerava, por isso, inadequado que um morador pudesse ser obrigado a pagar estacionamento na rua ao lado da sua residência. Sublinhou que esse alerta foi feito até à exaustão, e que chegaram mesmo a promover uma petição pública, que recolheu um número significativo de assinaturas e deu entrada na Assembleia Municipal. Salientou ainda que, à data dessa petição, o número de lugares tarifados era consideravelmente inferior aos cerca de nove mil que se encontravam tarifados atualmente.

Afirmou que, devido à falta de fiscalização, existia uma enorme pressão sobre as áreas não tarifadas, o que originava um desregulamento completo do estacionamento na cidade de Setúbal. Considerou que toda essa situação resultava diretamente do contrato celebrado e da forma como o mesmo tinha sido executado. Recordou que todas as bancadas, incluindo a da CDU, apresentaram queixas de munícipes a propósito das consequências daquele modelo de concessão.

Referiu que a concessionária se comportara quase como uma entidade “*majestática*”, tendo beneficiado de uma margem de atuação excessiva, dadas as circunstâncias. Sublinhou que o PSD alertara, desde cedo, para a necessidade de existir um gestor a tempo inteiro responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato — o que, durante um longo período, não se verificou. Como consequência, a concessionária terá atuado por sua conta e risco, dentro dos limites que considerava compatíveis com os termos do contrato. Informou que a sua bancada se reuniu com um representante da concessionária, tendo ouvido um conjunto de argumentos que poderiam vir a ser invocados na resposta à deliberação camarária relativa à intenção de audiência prévia da empresa — quer para contestar a posição da autarquia, quer para ser obrigada ao cumprimento das obrigações contratuais, cujos incumprimentos, de natureza muito grave, estavam devidamente identificados na proposta aprovada.

Acrescentou que o PSD, nas propostas de desagravamento fiscal apresentadas em reunião de Câmara, defendeu a isenção do pagamento do primeiro dístico para os residentes, bem como uma isenção parcial nos valores aplicáveis a uma segunda ou terceira viatura. Referiu que essas propostas foram aceites pelas restantes forças políticas, que reconheceram que a situação prevista no contrato era desadequada.

Concluiu lembrando que o anterior presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, juntamente com essa estrutura local do partido, decidiu apresentar uma denúncia relativa a determinados aspetos do procedimento concursal que deu origem ao contrato de concessão. Essa denúncia foi entregue nos serviços do Ministério Público de Setúbal, aguardando-se ainda as diligências subsequentes.

Referiu que os serviços da Câmara Municipal procuravam sempre que as propostas apresentadas em reunião de Câmara fossem devidamente fundamentadas. Reconheceu, no entanto, que existiam aspetos de menor relevância na proposta em causa, nomeadamente expressões adjetivas como “*caprichosamente*” ou “*animado numa real vontade de diálogo com a concessionária*”, as quais classificou como termos excessivos. Considerou que, tratando-se de um ato preliminar com vista à elaboração de um ato administrativo final — que apenas se produziria após a concessão do direito de audiência à concessionária — a proposta poderia revestir um tom mais neutro e objetivo.

Aproveitou para reiterar a posição do seu partido, sublinhando que, desde o início do processo e nos procedimentos anteriores, sempre votaram contra o modelo adotado, por entenderem que não representava a melhor solução para os problemas de estacionamento na cidade de Setúbal. Esclareceu que não estavam contra o princípio do estacionamento tarifado, mas sim contra o modelo específico delineado no mandato anterior, que consideravam inadequado — avaliação que os factos vieram, em seu entender, confirmar.

Lamentou ainda que o momento da deliberação coincidissem com a proximidade das eleições, pois tal circunstância poderia suscitar a perceção de que as decisões em causa eram

motivadas por interesses de natureza eleitoral, e não por uma verdadeira vontade política de resolver a situação.

Informou que, da parte da sua bancada, poderia ser utilizada — em tom provocatório — a expressão “*reverter esta decisão*”, naturalmente dentro dos limites legais e no quadro do que fosse possível implementar. Sublinhou, no entanto, que os incumprimentos verificados por parte da concessionária eram reiterados e prolongavam-se há bastante tempo, pelo que a decisão agora em apreciação poderia ter sido ponderada em momento anterior.

Recordou que o senhor Presidente já havia referido que existia uma questão a correr termos em tribunal, relacionada com a alteração contratual anteriormente deliberada e respeitante ao estacionamento subterrâneo e às obrigações da concessionária. Referiu, a propósito, o Anexo 9 do contrato, onde constava um valor estimado de cerca de um milhão de euros para a construção de um parque de estacionamento no Largo José Afonso — compromisso que mais tarde fora substituído pela edificação de um campo municipal.

Acrescentou que, para além dessas questões, existiam outros incumprimentos reiterados, que, caso se confirmasse que envolviam a retenção indevida de verbas, revestiriam uma gravidade extrema. Concluiu informando que, para possibilitar o necessário esclarecimento da posição da concessionária no âmbito do processo em curso, a sua bancada iria viabilizar a proposta em apreço.

Sr. Vereador Fernando José – Esclareceu que a proposta em discussão correspondia a uma intenção de resolução do contrato de concessão, não se tratando ainda de uma decisão final.

Questionou o senhor Presidente no sentido de confirmar essa interpretação.

Reforçou que, conforme constava da proposta, a concessionária dispunha de um prazo de 15 dias para se pronunciar, podendo optar por cumprir ou não as obrigações contratuais. Findo esse prazo, a proposta regressaria a reunião de câmara para deliberação definitiva.

Sr. Presidente – Informou o senhor vereador de que a concessionária dispunha, nos termos legais, de um prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a proposta apresentada. Esclareceu que, caso não o fizesse, a proposta regressaria a reunião de câmara para eventual confirmação da intenção de resolver o contrato. Sublinhou que os procedimentos legais estavam a ser integralmente cumpridos, por força das obrigações que decorrem do Estado de Direito Democrático em que se inserem as instituições públicas, como é o caso da Câmara Municipal. Reconheceu que poderia haver cidadãos que não compreendessem a razão pela qual a decisão final ainda não tinha sido tomada, mas reiterou que o respeito pelas normas democráticas era essencial. Acrescentou que, caso a empresa apresentasse pronúncia, esta seria devidamente avaliada e submetida à apreciação da Câmara Municipal; caso não o fizesse, o processo seguiria igualmente para decisão em reunião de câmara.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente. Recordou que, em maio de 2021, o executivo CDU, então liderado por Dores Meira, com o apoio de toda a bancada da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal — onde o senhor Presidente André Martins exercia funções como Presidente da Assembleia — aprovou um contrato de concessão do estacionamento tarifado desenhado pela maioria CDU. Referiu que, no final do mandato 2017/2021, o executivo decidira avançar com a celebração de um contrato de concessão com a duração de 40 anos, que previa um aumento de 500% no número de lugares tarifados. Sublinhou que a CDU tivera tempo para preparar o concurso público, analisar todas as cláusulas e impor, em sede de Câmara Municipal, a sua vontade, ignorando as críticas e sugestões apresentadas pela oposição, nomeadamente pelos vereadores e deputados municipais do Partido Socialista. Enfatizou que, em maio de 2021, apenas quatro meses antes das eleições autárquicas, a maioria CDU impôs à cidade de Setúbal um contrato que, no entendimento do Partido Socialista, não acautelava o interesse público. Reforçou que o Partido Socialista denunciou esta situação na altura e tem continuado a fazê-lo ao longo dos quatro anos de mandato.



O Partido Socialista, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, denunciou e criticou o contrato de concessão celebrado, mas também apresentou soluções e alternativas com o objetivo de minimizar os impactos negativos daquele que considerou ser um erro cometido pela CDU, liderada por Dores Meira e André Martins.

Referiu que, ao abrigo do contrato assinado no final do mandato, a autarquia recebeu da empresa concessionária mais de quatro milhões de euros, montante esse que constituiu uma receita extraordinária. Sublinhou, no entanto, que essa verba não foi aplicada em investimento estruturante para a cidade — como a construção de novos equipamentos ou a reabilitação de infraestruturas existentes — tendo sido utilizada apenas para cobrir despesas correntes. Acrescentou que quem esteve na génese do processo de concessão, e o impulsionou politicamente, não podia agora demarcar-se da responsabilidade, designadamente o executivo da CDU, com exceção da vereadora Rita Carvalho, que na altura exercia funções como diretora do Departamento de Urbanismo e não integrou o executivo camarário que aprovou a proposta.

Sublinhou ainda que o atual Presidente da Câmara, que à data era Presidente da Assembleia Municipal, não terá manifestado qualquer crítica pública ao contrato assinado. Relembrou que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, tinha a obrigação institucional de fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e que, ao longo do processo que culminou na celebração do contrato e mesmo durante a campanha autárquica — em que caminhou ao lado da então Presidente da Câmara no projeto “*Continuar Setúbal*” — não proferiu uma única objeção ao conteúdo do contrato assinado em maio de 2021.

No atual mandato, a oposição continuou a contestar o contrato de concessão de estacionamento tarifado, levantando dúvidas quanto à sua adequação e reiterando que o mesmo não servia os interesses dos setubalenses, por não salvaguardar devidamente o interesse público. Referiu que o contrato previa o alargamento do estacionamento tarifado a zonas onde tal não fazia sentido, e que continha cláusulas prejudiciais para o concelho.

Em particular, apontou que o contrato, no seu Anexo 9, previa que a concessionária realizasse um investimento que, na perspetiva da sua bancada, não correspondia às necessidades da cidade. Recordou que essa obrigação resultava de uma decisão da maioria CDU no mandato de 2017/2021, nomeadamente a construção de uma parede junto ao auditório localizado no Largo José Afonso — solução essa que fora criticada, na altura, pelos vereadores do Partido Socialista, que não participaram na elaboração daquele anexo.

Referiu que, já no presente mandato, o senhor Presidente da Câmara entendeu rever o conteúdo do Anexo 9, por considerar que a obra originalmente prevista não fazia sentido. Essa revisão, que consistiu na substituição do investimento inicialmente definido pela requalificação do Campo de Jogos Júlio Tavares, nas Praias do Sado, teve o voto favorável dos vereadores do Partido Socialista, uma vez que visava corrigir um erro cometido pela CDU no anterior mandato. Reiterou que essa correção ocorreu no âmbito de um contrato que não contou com o apoio da oposição, a qual, apesar de reiteradamente alertar para os problemas do mesmo, não teve qualquer responsabilidade na sua elaboração ou aprovação.

Referiu que o senhor Presidente da Câmara estivera bem, assim como os restantes vereadores, ao votarem favoravelmente a correção de um erro, possibilitando a requalificação do Campo de Jogos Júlio Tavares. Considerou que poderia ter sido escolhida outra obra, como a requalificação da Casa de Luísa Todi ou a construção de um novo equipamento desportivo, mas entendeu que a opção tomada foi adequada, razão pela qual os vereadores do Partido Socialista acompanharam essa deliberação em reunião de câmara.

Acrescentou que o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal foi mais longe, ao decidir, depois de anos de preparação do concurso e da assinatura do contrato, declarar em reunião de câmara, e perante os munícipes, que não concordava com a localização do parque de estacionamento subterrâneo prevista no concurso e no contrato. Informou que a sua bancada ouviu e analisou os argumentos apresentados pelo Presidente da Câmara e, perante a proposta de deliberação que lhes foi submetida em reunião de câmara, votou favoravelmente, acompanhando a justificação apresentada. Referiu não saber se se tratava da correção de

um erro ou não, mas assinalou que se verificara uma alteração face ao deliberado pela maioria CDU no mandato de 2017/2021, alteração essa que os vereadores do Partido Socialista acompanharam.

Recordou ainda que o PS apresentou diversas propostas em sede de reunião de câmara, entre as quais uma proposta segundo a qual, caso não fosse possível alcançar um entendimento com a concessionária, deveria avançar-se com uma reversão parcial do contrato. Mencionou que, na ocasião, a senhora vereadora Rita Carvalho terá declarado que os vereadores do Partido Socialista estavam a agir de forma populista e irresponsável, apesar de, segundo a própria vereadora, os serviços da autarquia estarem a trabalhar numa proposta semelhante, que nunca chegou a ser apresentada pela CDU.

Questionou sobre a forma como deveriam qualificar a proposta que havia sido remetida aos vereadores do Partido Socialista na presente data, a qual não continha parecer dos serviços competentes, nem o parecer jurídico que sustentasse a decisão em causa. Considerando tratar-se de uma matéria de elevada seriedade, foi solicitada a apresentação do parecer técnico dos serviços que fundamentasse a deliberação em análise, bem como o respetivo parecer jurídico que lhe conferisse sustentação legal.

Apesar das lacunas identificadas, os Vereadores do Partido Socialista manifestavam a sua intenção de votar favoravelmente a proposta, por entenderem tratar-se de um processo que deveria prosseguir. Ainda assim, assinalaram a ausência de documentação pertinente e a inexistência de informação relativa ao processo negocial que, tendo falhado, se prolongara no tempo. Afirmaram, a esse respeito, que num processo negocial mal sucedido não existe, regra geral, um único responsável, havendo responsabilidades repartidas entre as partes envolvidas, na medida em que tais processos não fracassam exclusivamente por iniciativa ou omissão de uma das partes.

Referiram ainda que, relativamente às atas que lhes foram remetidas — e cujas referências não constavam da proposta de deliberação —, subsistiam dúvidas acerca da intervenção no Campo Municipal Júlio Tavares. De acordo com as conclusões constantes das atas das reuniões anteriormente realizadas, solicitou uma clarificação mais aprofundada da situação em causa.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a empresa responsável não estaria a cumprir com as suas obrigações, nomeadamente no que respeita à requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares. Informou, ainda, que já fora proferida decisão no âmbito da providência cautelar interposta, encontrando-se o processo principal ainda a decorrer em tribunal. Acrescentou, por fim, que os efeitos suspensivos haviam sido levantados, mantendo-se a empresa vinculada ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Relativamente à matéria das sanções que haviam sido aprovadas em anterior reunião de Câmara, o Senhor Presidente informou que, até à presente data, não tinha ainda sido proferida qualquer decisão por parte do tribunal, quer no âmbito da providência cautelar interposta, quer no que respeita à ação principal. Contudo, no que concerne especificamente a esta matéria, esclareceu que havia sido levantada a suspensão que anteriormente fora decretada, ficando, por conseguinte, a empresa obrigada, a partir do mês de abril, ao cumprimento das obrigações contratuais que lhe competem. De acordo com o conteúdo da ata, ressaltava o seguinte: *A Câmara Municipal de Setúbal questionou a data rede se está disponível para executar a obra de requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares. A DataReded referiu que está disponível para a execução da obra, mas não nos prazos indicados pelo município em alternativa, a concessionária propôs ainda nova definição do prazo para a concretização da obra. A DataRede ficou de avaliar a disponibilidade de mercado para execução de obra e em que prazos, ficando a Câmara Municipal de Setúbal de enviar os elementos que consta do projeto de execução orçamento, pareceres do ICNF bem como uma listagem de empresas que se encontram a desenvolver empreitadas de obras públicas no concelho de Setúbal, para que a DataRede as possa consultar se assim o entender. Em alternativa foi apresentada a possibilidade pela DataRede, do pagamento integral da contratação do anexo 9 questão que se considerou ser necessária avaliação jurídica.”*



A sua bancada não dispunha de informação adicional relativamente ao processo em apreço. Consideraram que, face à ausência de um parecer técnico dos serviços e à inexistência de parecer jurídico que sustentasse a proposta apresentada, se impunha um esclarecimento por parte do Executivo quanto ao ponto de situação da análise que a Câmara Municipal de Setúbal havia assumido realizar.

Depreendiam que, entretanto, tivesse sido equacionada uma solução alternativa, na qual, em vez de a empresa proceder à construção inicialmente prevista, viesse a entregar à Câmara o correspondente montante financeiro, ficando esta responsável por averiguar a viabilidade jurídica dessa eventual solução. Solicitaram, nesse sentido, informação concreta sobre o resultado da referida análise e o eventual entendimento alcançado entre as partes.

Referiu que numa determinada ata anteriormente distribuída, constava a seguinte menção: *“Por fim, foi feita pela Câmara Municipal a apresentação e explicação da proposta de reponderação. A análise mais aprofundada desta questão manter-se-á pendente, entre outras questões, enquanto decorrer o processo de verificação e a confirmação de todos os planos.”*

Face ao exposto, manifestou desconhecerem o conteúdo da referida proposta de reponderação, por não possuírem qualquer cópia do respetivo documento. Acrescentou que, caso tivessem participado nas reuniões de acompanhamento anteriormente realizadas, estariam, certamente, em condições distintas quanto ao conhecimento da matéria.

Reiterou, por fim, os pedidos já anteriormente formulados, solicitando esclarecimentos ao Senhor Presidente, em particular a disponibilização do parecer jurídico e da nota técnica elaborada pelos serviços, documentos esses considerados essenciais para uma avaliação fundamentada da proposta em apreço.

Sr. Presidente – Afirmou que não se tratava de uma situação completamente nova, referindo que o Partido Socialista já os habituara, ao longo do tempo, a mudanças de posição inesperadas, surgindo, por vezes, do *“outro lado”* quando menos se esperava. Acrescentou que o Partido Socialista realizara campanhas, promovendo críticas e manifestações públicas ao longo dos últimos três anos e, quando era apresentada uma proposta concreta, devidamente fundamentada e elaborada com o contributo de juristas, levantava sempre as maiores dúvidas.

Questionou, nesse sentido, por que razão o Partido Socialista manifestava tais reservas, admitindo que, eventualmente, essa postura pudesse vir a ser compreendida no futuro.

Sublinhou que a proposta em discussão fora objeto de uma avaliação ponderada, tendo sido respeitadas todas as regras legais e procedimentais, com vista à salvaguarda do interesse público, da Câmara Municipal e da população em geral. Considerou que a retórica adotada há três ou quatro anos se inseria num contexto de campanha eleitoral, sendo agora o momento de tratar de matérias concretas, com impacto direto na justiça em Portugal e na defesa dos interesses das populações.

Enalteceu, por fim, a postura de alguns Senhores Vereadores da oposição que, ao longo do processo, apresentaram propostas concretas com efeitos benéficos para a população, em contraste com outros que, segundo referiu, se limitaram a desenvolver ações de natureza política ou mediática, sem avançar com contributos objetivos que permitissem resolver os problemas existentes.

Afirmou que era com plena consciência e determinação que os eleitos estavam a atuar na defesa do interesse da Câmara Municipal, do interesse público e do interesse da população. Foi precisamente por essa razão que fora apresentada a proposta em causa, com o objetivo de dar o devido andamento ao processo, nos termos definidos pela resolução aplicável.

Sr. Vereador Fernando José – Rejeitou a afirmação anteriormente proferida pelo Senhor Presidente, esclarecendo que o Partido Socialista não tinha, como fora sugerido, as maiores dúvidas relativamente ao processo em causa. Pelo contrário, quem evidenciara maiores incertezas ao longo dos últimos três anos fora, na sua perspetiva, o próprio Senhor Presidente.



Acrescentou que as dúvidas manifestadas pela sua bancada eram legítimas e normais, face à complexidade do processo em análise, tendo os vereadores do Partido Socialista apresentado, ao longo de todo o mandato, diversas propostas construtivas sobre a matéria. Recordaram que o Senhor Presidente tinha conhecimento dessas propostas, pelo que não correspondia à verdade a afirmação de que os mesmos se haviam limitado à crítica. Tal facto encontrava-se devidamente registado em ata e era igualmente reconhecido pelos cidadãos setubalenses, que acompanhavam o trabalho autárquico desenvolvido.

Sr. Presidente – (Intervenção inaudível) Solicitou ao senhor Vereador que concluísse a sua intervenção.

Sr. Vereador Fernando José – Afirmou que não se tratava de retórica, reconhecendo que ninguém compreendia a ausência de uma nota técnica dos serviços e de parecer jurídico numa proposta daquela natureza. Contudo, asseverou que tal facto não impediria o avanço do processo, uma vez que a bancada do Partido Socialista votaria favoravelmente.

Referiu que, desde o primeiro momento, sempre estiveram do lado dos setubalenses e do interesse público, em contraponto com a atitude dos Senhores Vereadores da CDU, que, a seu ver, não o fizeram ao assinarem um contrato em 2021, a quatro meses do término do mandato. Comentou que o Senhor Presidente reconhecia que aquele contrato fora prejudicial para a cidade, não protegendo o interesse público nem o dos setubalenses, facto esse que justificava a sua indignação manifestada publicamente e o fazia levantar a voz e ficar enervado, no entanto, os vereadores do Partido Socialista percebiam e relevavam.

Por fim, reiterou o pedido para que lhes fossem entregues os documentos em falta relativos à proposta, designadamente o parecer jurídico, e confirmou que iriam votar favoravelmente a mesma.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José de que a proposta em apreço fora elaborada pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal, facto que o próprio Vereador reconhecia perfeitamente. Contudo, foi referido que persistiam dúvidas e que tal situação seria utilizada como forma de protelar as decisões. Acrescentou que, perante factos concretos, o Partido Socialista adotava uma postura de hesitação, manifestando dúvidas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques que poderia fazer a sua declaração de voto.

Sr. Vereador Joel Marques – Afirmou que as declarações de voto não se destinavam à realização de intervenções sobre o conteúdo das propostas, mas sim à justificação do respetivo sentido de voto — o qual, no caso do Partido Socialista, considerou estar mais do que justificado.

Acrescentou que, ao longo de todo o processo — desde a fase inicial de conceção do regulamento, passando pelo lançamento e aprovação dos concursos públicos, até à assinatura dos contratos — quem efetivamente se tinha “*encolhido*” não fora o Partido Socialista, mas sim a CDU.

Concluiu utilizando uma analogia, referindo que, tal como acontece em situações de divórcio com filhos, há frequentemente quem não queira assumir as responsabilidades parentais e que, aparentemente, esse era o cenário que se verificava naquele momento na cidade, onde nem a “*mãe*” nem o “*pai*” queriam ficar com o “*menino*” nos braços.

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto: “*A nossa declaração de voto no essencial é remeter para aquilo que foi a minha intervenção, tanto hoje como no passado, relativamente a este aspeto. Tentei fazer aqui um sumário, dizendo que*

entendemos que as outras forças políticas são bem-vindas àquele que era a nossa posição desde o início, que era reverter esse contrato, porque como se diz "O que nasce torto jamais se endireita".

12. Deliberação n.º 432/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DOM – CP 32/2024/DOM - Empreitada "Construção do Campo Júlio Tavares – Praiense": Não adjudicação e revogação da decisão de contratar CPREV 32A/2024/DOM - Empreitada "Construção do Campo Júlio Tavares – Praiense": Abertura de Procedimento de Contratação Pública por critérios materiais – Consulta Prévia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que a proposta em apreciação, bem como a proposta seguinte, enfrentaram o mesmo problema: após a realização de sete concursos públicos, todos ficaram desertos. Tal facto demonstrava as dificuldades do contexto atual, em que as empresas não dispunham de capacidade para responder às necessidades, em virtude da elevada carga de obras em curso, associada à escassez de pessoal e de equipamentos. Acrescentou que a Câmara Municipal estava empenhada em encontrar soluções adequadas que permitissem concretizar as sete empreitadas que haviam ficado sem adjudicação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 433/2025 – Proposta n.º 27/2025 – DOM – CP 21/2025/DOM – Empreitada "Construção envolvente do Auditório Municipal e novo Mercado de Brejos de Azeitão": Não adjudicação e revogação da decisão de contratar – CP 25/2025/DOM – Empreitada "Construção envolvente do Auditório Municipal e novo Mercado de Brejos de Azeitão": Abertura de Procedimento de Contratação Pública – Concurso Público, por lotes

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 434/2025 – Proposta n.º 82/2025 – DCDJ – Festas da Nossa Senhora do Rosário de Troia 2025 - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



15. Deliberação n.º 435/2025 – Proposta n.º 83/2025 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 - Valores de venda de copos reutilizáveis

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 436/2025 – Proposta n.º 84/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de Coleção Documental Particular ao Museu do Trabalho Michel Giacometti

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 437/2025 – Proposta n.º 85/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte para o Museu de Setúbal/Convento de Jesus

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 438/2025 – Proposta n.º 86/2025 – DCDJ/DICUL – Doação de obra de arte “Oliveiras Centenárias” para o Museu de Setúbal/Convento de Jesus

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 439/2025 – Proposta n.º 87/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



20. Deliberação n.º 440/2025 – Proposta n.º 88/2025 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre a CMS e a Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 441/2025 – Proposta n.º 89/2025 – DCDJ/DICUL – Parecer para reconhecimento da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense como Entidade de Interesse Histórico, Cultural e Social Local

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 442/2025 – Proposta n.º 90/2025 – DCDJ/DICUL – Azeitão Blues Experience 4.ª edição – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 443/2025 – Proposta n.º 91/2025 – DCDJ/DISOC – Ateliês de Verão 2025 – Apoios financeiros

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 444/2025 – Proposta n.º 92/2025 – DCDJ/DIDES – Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Setúbal – Projeto de alteração

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 445/2025 – Proposta n.º 93/2025 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense – Apoio financeiro para recuperação de danos em instalações desportivas resultantes da tempestade Martinho

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 a 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 446/2025 – Proposta n.º 94/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Desportiva e Cultural Santo Ovídio - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 447/2025 – Proposta n.º 95/2025 – DCDJ/DIDES – Vitoria Futebol Clube – Apoio financeiro para a recuperação de relvado natural para a prática de futebol de onze

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 73 a 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 448/2025 – Proposta n.º 112/2025 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa Construções Delfim L. Pinto, Ld.ª – Processo n.º 1110/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 76 a 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 449/2025 – Proposta n.º 113/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração de um edifício habitacional – Processo n.º 269/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



30. Deliberação n.º 450/2025 – Proposta n.º 114/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações no decorrer de obra – Processo n.º 275/19

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 451/2025 – 115/2025 – Proposta n.º 115/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Av. General Daniel De Sousa

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 81 a 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José - Referiu que, naquele dia, se cumpria mais uma doação da família Rosado Pinto, dando continuidade a uma tradição enraizada na lógica cultural e artística da família. Enquanto herdeiro do espólio, afirmou ser seu dever manter viva essa tradição, sendo com enorme prazer que procedia à referida doação.

Esclareceu que esta doação assentava, sobretudo, nos sete livros de memórias que ofereciam um retrato da família Rosado Pinto na sua vertente cultural, abrangendo o final do século XIX e todo o século XX, e permitindo, assim, uma visão abrangente da história cultural da cidade de Setúbal.

Referiu ainda que muitos dos registos, apoios e referências constantes nesses livros se deviam às publicações do jornal *O Setubalense*, nomeadamente nas áreas da música e da poesia, com especial destaque para a atividade artística do seu avô e da sua tia, Maria Adelaide.

Lembrou que outras doações já haviam sido efetuadas ao longo dos últimos anos e que, em reunião realizada na Casa da Poesia, assumira, em conjunto com a sua esposa, igualmente herdeira do espólio da família, o compromisso de continuar a entregar à Câmara Municipal esse tipo de contributo, na expectativa de que fosse útil para a cidade e para a valorização do seu património cultural.

Sr. Presidente – Agradeceu ao Senhor José e à família Rosado Pinto pela doação realizada, enaltecendo o gesto de partilha de um património que representa uma história de cultura familiar, e que muito contribui para o engrandecimento e enriquecimento da cultura setubalense.

Expressou votos de muita saúde e continuidade à família Rosado Pinto, reconhecendo o valioso contributo que tem prestado à sociedade e à comunidade setubalense ao longo dos anos.

Sr. Jeacome – Informou residir no Bairro da Fonte Nova, local onde se encontra instalada uma máquina de venda automática em funcionamento permanente, durante 24 horas por dia. Alertou para a ocorrência de conflitos naquela zona, especialmente durante o período



noturno, associados à presumível venda e consumo de estupefacientes nas imediações da máquina.

Relatou episódios recorrentes de confrontos entre indivíduos, bem como ruídos excessivos que perturbam o descanso dos residentes, afirmando que tais situações o impedem de dormir. Questionou o Senhor Presidente sobre quem autorizara a colocação daquela máquina de venda automática naquele local, considerando inadequada a sua presença junto a zonas residenciais, devendo, em seu entender, ser instalada em zonas exclusivamente comerciais.

Sublinhou que aquele tipo de comércio noturno tendia a atrair indivíduos sob o efeito de substâncias psicoativas e álcool, agravando o sentimento de insegurança da população local. Sugeriu, por isso, a deslocação da máquina para outro ponto da cidade.

Por fim, referiu que, após contacto com a polícia, esta lhe recomendara que se dirigisse à Câmara Municipal, uma vez que a respetiva autorização para instalação da máquina teria sido concedida pela autarquia.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do Senhor Jácome e informou que os serviços técnicos da Câmara Municipal iriam proceder à avaliação da situação relatada. Assegurou que, face aos resultados dessa análise, seriam tomadas as diligências necessárias para fazer cumprir a legislação em vigor, intervindo em conformidade com o enquadramento legal aplicável.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 13 de agosto de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 25 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casa Novas

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Sofia Novas

